



Alfonsín e Menem: abraço sela acordo

José Steinsleger

Em dezembro passado, a Argentina completou onze anos de estabilidade institucional. Talvez, o termo “democracia plena” seja insuficiente. A história indica que, desde 1916, a democracia não tem sido o forte dos argentinos: em 80 anos de “sufrágio universal efetivo”, este país viveu menos da metade em plena liberdade. E, possivelmente, daí o lugar-comum de identificar os argentinos como tipos prepotentes e que se recusam a escutar opiniões alheias. Gerações de educação autoritária fazem os cidadãos se sentirem seres onipotentes.

Contudo, as coisas estão mudando. A sociedade argentina, esmagada ao longo do século pelas ofensivas ideológicas do Exército e da Igreja, perde o medo, exige agora com mais inteligência a democratização do poder e se torna a cada dia mais tolerante.

Peronistas e radicais diante do século XXI – Nas últimas décadas, os mais relevantes governos foram os de Raúl Alfonsín e Carlos Menem (1983-1994). Mas tampouco ficaram isentos das freqüentes investidas do extremismo político. Mas, cada um por seu lado, e em resposta explícita à exigência de uma sociedade farta de violência política, puderam conjugar o delírio do totalitarismo e as verdades únicas e excluídas.

Nada está como era antes

Qualquer tentativa de entender a política argentina a partir da lógica formal, da análise linear ou da coerência da relação causa e efeito, estará destinada ao fracasso. O presidente Carlos Menem, por exemplo, poderia reeleger-se

Em 38 anos de liberdade cívica, os argentinos estiveram divididos em dois grupos políticos: radicais e peronistas, que juntos representam 85% do eleitorado. A União Cívica Radical (UCR, 1890), que surgiu para expressar os interesses das nascentes classes médias rurais e urbanas, já tem mais de um século de existência. O peronismo e sua expressão política, o Partido Justicialista (PJ), apareceu em 1945 fruto da aliança da incipiente burguesia industrial e militar com os trabalhadores e marcou profundamente a segunda metade deste século.

Não obstante, longe de terem sido partidos monolíticos, radicais e peronistas viram florescer em suas fileiras distintas ideologias que têm oscilado, alternadamente, do conservadorismo extremo ao ultra-revolucionário. E ambos sempre tiveram um inimigo comum: a poderosa oligarquia agroexportadora e financeira do “pampa úmido”, cujas raízes mergulham nos primeiros anos da emancipação e independência nacional (1810-1816).

Hoje, peronistas e radicais se encontram em um vertiginoso processo de mudança que poderia, antes do ano 2000, transformar as ideologias fundadoras destes partidos e a estrutura do Estado concebido na Constituição de 1852. As reformas introduzidas pela Assembléia Constituinte, realizada em Santa Fé, em maio passado, como produto do pacto firmado entre Alfonsín e Menem em dezembro de 1993, apontaram nessa direção.

O objetivo primordial desejado por Menem foi plenamente alcançado: acabar com a cláusula que proibia a reeleição presidencial. Já o de Alfonsín era despolitizar a Corte Suprema de Justiça, totalmente tomada pelo menemismo, o que conseguiu.

Medo da hiperinflação – Entre 1974 e 1983, a violência política e o terrorismo de Estado foram o denominador comum da política argentina. A outra face da violência foi a hiperinflação, que nos últimos tempos de Alfonsín ultrapassou 90% ao mês. Por isso, ao completar onze anos da recuperação da democracia, os argentinos temem mais a inflação do que a ditadura militar.

Isso explica a debilidade, e conseqüente fracasso, dos radicais alfonsinistas e a força do peronismo menemista que em 1989 chegou à presidência com 46% dos votos e no dia seguinte adotou o programa ultraconservador da União de Centro Democrático (UCD) que havia obtido seis por cento dos votos.

Desde então, Menem se esqueceu de seu programa, a “Revolução Produtiva”. Mas reduziu a inflação a dois por cento para conseguir níveis de estabilidade sem precedentes. Nunca antes, inclusive, um ministro da Economia havia gozado de tanta popularidade. A tal ponto que é possível que nas eleições presidenciais previstas para 14 de maio de 1995, o presidente Menem leve como companheiro de chapa o titular da pasta, Domingo Cavallo.

AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

Um pequeno comerciante de 40 anos, que mora em Buenos Aires, comentou: "Sim, já sei o que se diz sobre o custo do modelo. Mas pela primeira vez na minha vida posso planejar meu orçamento. Sei exatamente o que acontecerá do início até o fim do mês. Com a hiperinflação, a metade do meu salário se evaporava no dia seguinte e com a outra metade pagava o psiquiatra de toda a família."

Naturalmente, a estabilidade empreendida por Domingo Cavallo foi uma cirurgia sem anestesia: a virtual venda de cem por cento das empresas públicas, incluindo as do setor energético. Um crítico do modelo, ao analisar as medidas de estabilidade com base nos créditos externos, baratos e fáceis, assinalou: "Isto é como a venda das jóias da vovó. E quando não houver mais para vender?"

Com a estabilidade dos preços, Menem sobreviveu aos inúmeros escândalos de corrupção de sua família e principais assessores, embora há que se reconhecer que tampouco hesitou em destituir alguns de seus protegidos. Mais ainda, conseguiu reprojeter no cenário político o desmoralizado Alfonsín, que recuperou a liderança da UCR, partido hoje dividido entre os que apóiam o ex-presidente e os seguidores de Federico Storani, que criticam a aliança com Menem.

O cidadão comum quer que se mantenha a valorização e estabilidade da sua moeda, um dos pilares do plano de Domingo Cavallo (ao lado)

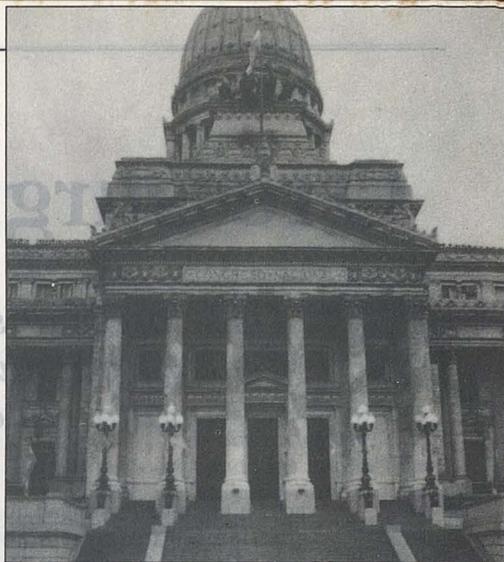
Alfonsín, símbolo da restauração das liberdades e do julgamento dos principais comandantes da ditadura militar, foi o herdeiro de uma década de medo. O julgamento dos comandantes da última ditadura fez com que em 1985 desfilassem 800 testemunhas, entre sobreviventes dos campos de concentração, militares arrependidos e generais orgulhosos, cujos testemunhos reconstruíram o macabro quebra-cabeça da repressão clandestina.

Graças ao trabalho da Comissão Nacional de Desaparecidos, dirigida pelo escritor Ernesto Sábato, foram condenados o ex-ditador Jorge Rafael Videla e todos os generais, brigadeiros e almirantes no comando entre os anos de 1976 e 1982. Também foram condenados os responsáveis pela humilhante derrota na guerra das Malvinas (1982).

Posteriormente, Alfonsín concedeu uma anistia aos militares, disfarçada sob as chamadas leis de "Obediência Devida" e "Ponto Final", enquanto que Menem decretou o criticado indulto aos condenados. Videla e seus cúmplices no desaparecimento de 30 mil pessoas, morte e tortura de outros milhares, foram libertados.

Mas, a longo prazo, o que terá sido pior para eles? A prisão ou serem chamados de "assassinos" quando são reconhecidos na rua? É uma coisa que chama a atenção do turista: a ausência de oficiais das Forças Armadas passeando fardados pelas ruas e, com raras exceções, o desprezo e o repúdio da sociedade diante dos militares.

Menem até 2000? - Diante do crescimento do desemprego, do aumento do



O Congresso argentino aprovou a reeleição presidencial

nível de pobreza e da pressão do setor exportador, cresce na mesma proporção a preocupação entre os políticos e os economistas. Muitos acreditam que a estabilidade e o dólar barato são fictícios porque não estão sustentados em uma base sólida, à exceção da liquidez circunstancial que produz a venda das empresas estatais.

Mas o cidadão comum não quer saber de argumentos dessa natureza e de possíveis medidas para desvalorizar a moeda argentina (o peso). Ninguém quer falar do assunto. Nem sequer a denominada "Frente Grande" de Carlos Chacho Alvarez, que aglutinou peronistas, esquerdistas e radicais dissidentes e obteve em abril passado mais de 38% dos votos para a eleição de constituintes na capital do país, baluarte tradicional de radicais e peronistas.

As principais pesquisas indicam que, apesar do desgaste natural do poder, Menem será reeleito presidente até o ano 2000. Contudo, a campanha eleitoral promete ser acirrada pois um dos principais líderes do justicialismo, o senador José Octavio Bordón, ex-governador de Mendoza, decidiu aliar-se a Chacho Alvarez, outro dissidente do menemismo.

A chapa Bordón-Alvarez poderia levar a um segundo turno nas eleições, o que Menem trata de evitar porque as bases da juventude da UCR que seguem a liderança do antialfonsinista Storani poderão votar contra o menemismo.

No entanto, o eventual binômio Menem-Cavallo tem muito peso: promete liberdade mais estabilidade. Para milhões de argentinos, não é pouco. Embora as bandeiras históricas do peronismo (justiça social, independência econômica e soberania política) já sejam coisas do passado.

